

A acessibilidade no entorno do Santuário Nacional José de Anchieta – ES: uma questão de sustentabilidade e qualidade ambiental

Tatiane Zanoni Alvarenga

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil
tatizal@yahoo.com.br

Virgínia M. N. de Vasconcellos

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil
virginia.vasconcellos@gmail.com

ABSTRACT

The José de Anchieta National Sanctuary, located in the City of Anchieta, 80 km south of the Municipality of Vitória, Espírito Santo, Brazil is an important religious patrimony that keeps the memory of Father José de Anchieta, founder of the Order of Jesuits in Brazil, which, in turn, marks an important part of Brazil's history - its colonization and founding of important cities such as São Paulo and Rio de Janeiro. The monument, which was registered by the SPHAN, now IPHAN, in 1943, keeps documents that tell part of this Brazilian history and also houses part of the mortal remains of the missionary, forming a religious space, research and pilgrimage, as well as be a landmark of visitation, which boosts local tourism. Despite its historical value, the monument needs improvements, especially in terms of accessibility. This article presents and discusses the sustainability of the monument for the vision of accessibility in the surroundings of the patrimony, aiming at its adequacy and proposing physical solutions enabling the sustainability of the property. It starts with the survey of the current situation of the property and its surroundings, from site visits, with direct non-participatory observations, photographic records, and physical surveys, to assess the potential of accessibility that will allow the mobility of all visitors.

Keywords: *Acessibilidade; Turismo acessível; Sustentabilidade; Acessibilidade urbana; acessibilidade em patrimônio.*

1. INTRODUÇÃO

O Santuário Nacional José de Anchieta é uma construção jesuítica do Brasil Colônia. Está localizado em Anchieta, fica a 80 km ao sul do Município de Vitória, Espírito Santo, Brasil. É um importante patrimônio religioso nacional, que guarda a memória do fundador da Ordem dos Jesuítas no Brasil. O conjunto arquitetônico, erguido sobre um monte elevado, é composto pela Igreja Nossa Senhora da Assunção e pela antiga residência do Padre Anchieta. A escolha para a implantação do Santuário foi estratégica, pois do alto era possível avistar o mar e o Rio Benevente, que corta a localidade, permitindo a segurança, a visibilidade da edificação e o controle da região, sobretudo na defesa do território de invasores que tentassem chegar ao povoado pelo mar ou pelo rio.

Foi ao redor do Conjunto que a Cidade se estruturou, sendo, portanto, o núcleo urbano mais antigo do Município, reunindo o maior número de edificações históricas de interesse de preservação, testemunhos de vários momentos históricos locais. Essa região é entendida, não apenas como participante do cotidiano atual, mas como parte da identidade cultural da Cidade de Anchieta, sendo reconhecido pela Prefeitura local, como Área Especial de Interesse de Preservação Cultural (AEIC 1),

no Plano Diretor Municipal (aprovado pela Lei nº 13, de 2006). No seu Art. 77, define que a AEIC 1 engloba as áreas que apresentam características morfológicas da cidade colonial brasileira, considerando os arruamentos estreitos e edificações históricas de interesse de preservação.

O monumento denominado Conjunto Arquitetônico Jesuítico de Anchieta-ES (**Figura 1**), foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN¹), em 1943. O tombamento se deu de modo exclusivo, não levando em consideração seu sítio de implantação (BORGES, 2012). A região do entorno apresenta considerável ocupação populacional, caracterizado predominantemente como habitações residenciais. O Santuário é muito utilizado pela população local e por pessoas de outras regiões, seja para turismo, para cultos religiosos, peregrinações e atividades culturais.

Este trabalho, que tem como tema principal a acessibilidade na via de principal acesso ao Santuário Nacional José Anchieta, verificando as necessidades da área, a fim de propor soluções de projeto que minimizem o desconforto dos usuários.

Entende-se que a acessibilidade promove a inclusão social das pessoas, respeitando a individualidade e as diferenças de cada um e, como isso, contribui para a sustentabilidade e a qualidade do ambiente construído. Entende-se, ainda, que as modificações no entorno de bens tombados requer cuidados especiais e devem concordar com as normas de acessibilidade vigentes e com as leis de preservação. É importante que exista equilíbrio entre o existente (materiais e arquitetura) e a intervenção proposta.

Figura 1. Vistas do Santuário de Anchieta – ES. Lado esquerdo é a vista do Santuário visto da ponte. A figura do lado direito é a vista frontal.



Fonte: Fotos da autora, abril de 2018

¹SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi fundado em 13 de janeiro de 1937 e vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. Em 1970, foi transformado em IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

2. METODOLOGIA

Após a definição do objeto de estudo (Santuário Nacional José Anchieta), foram realizadas vistorias constantes no imóvel e entorno. Durante as visitas foram retiradas fotos e efetuado um levantamento cadastral registrando todas as características da região. Para a realização deste estudo foram realizadas vistorias no local, estudos nos relatórios contendo a evolução histórica do edifício, fotografias antigas, relatórios históricos, pesquisas em artigos, livros e sites.

Foram realizados ainda levantamento através de visitas, mapeamento das áreas externas, levantamento dos problemas ocasionados pela falta da acessibilidade, pesquisas com usuários e moradores da região e registros fotográficos.

3. ACESSIBILIDADE

As normas de acessibilidade atuais pouco incluem a questão de acessibilidade nos bens tombados, dificultando a sua implantação, uma vez que os monumentos tombados possuem suas próprias normas de proteção. Porém é importante garantir acesso aos mais variados locais e formas de atividades sociocultural, eliminando as diversas barreiras existentes que comprometem a participação de todos.

Duarte & Cohen (2004) definem que para a acessibilidade, o espaço construído não deve ser compreendido como um conjunto de medidas que favoreceriam apenas às pessoas com deficiência, mas sim, medidas técnico-sociais destinadas a acolher todos os usuários em potencial.

Segundo Miranda e Novaes (2009), nos termos da normatização vigente, a acessibilidade deve ser garantida à pessoa com deficiência (permanente ou temporária) física, visual, auditiva, mental e múltipla; e àqueles com mobilidade reduzida, tais como idosos, obesos e gestantes.

Para Duarte e Cohen (2003):

O conceito de acessibilidade traz a idéia da possibilidade de acesso a todos. Neste sentido pessoas idosas; pessoas com mobilidade reduzida; pessoas com visão subnormal; pessoas portadoras de deficiência física, neurológica ou sensorial; pessoas obesas; pessoas de baixa estatura, crianças, mulheres grávidas etc. (DUARTE E COHEN, 2003: 165)

O direito à acessibilidade é regulamentado, no Brasil, pela Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (BRASIL - ABNT/NBR, 2004). É um direito universal, solidificado no direito constitucional de igualdade.

A intervenção com a acessibilidade geral ao monumento fundamenta-se pela Constituição Federal de 1988, nos direitos humanos e de cidadania, a começar pelo art. 215, onde informa que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional. O artigo 216-A, § 1º, item II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais. A Constituição Federal nos garante ainda o direito à cidadania e à dignidade da pessoa humana e no Art. 227, §2º- "A lei disporá sobre normas de construção de logradouros e edifícios de uso público e de fabricação de veículos de

transporte coletivo, a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”.

Além de direito constitucional, o acesso ao lazer, a cultura, que faz parte da construção da história de todos, a acessibilidade favorece a atividade turística, e por essa razão beneficia a todos. A vivência nesses espaços é fundamental para a transmissão dos valores sociais e deve ser vastamente estudada e aplicada com conforto e segurança. É preciso garantir o acesso de todos aos sítios históricos com a mesma autonomia. Importantíssimo que todos utilizem os espaços com dignidade, pois isso está assegurado na Constituição Brasileira, sendo o acesso à cultura um direito universal, garantido pelo direito constitucional de igualdade.

4. O CONJUNTO E O ENTORNO DO SANTUÁRIO NACIONAL JOSÉ ANCHIETA

Foi implantado no alto de um monte de forma estratégica, permitindo a segurança, a visibilidade da edificação e o controle da região. Foi ao redor dessa edificação que a Cidade se desenvolveu e hoje constitui uma área importante da cidade, um bairro composto por ruas pavimentadas, residências e algumas outras edificações históricas também importantes (**Figura 2**). O acesso à região é realizado através das vias pavimentadas e por escadarias (**Figura 3**).

Figura 2. Localização do Santuário e região de entorno, na Cidade de Anchieta – ES



Fonte: Desenho da autora, com mapas baseados no Google Earth. Acessado em 2018.

Figura 3. Formas de acessos atuais ao Santuário Nacional de Anchieta – ES.



Fonte: Desenho da autora, com mapas baseados no Google Earth. Acessado em 2018

As construções localizadas nessa região são compostas por conjuntos de edificações e por edificações isoladas e constituem suporte físico de manifestações culturais e de tradições populares do Município, especialmente as festas religiosas, o folclore, a culinária e o artesanato. Essa região onde está inserido o Santuário Nacional, existem outras importantes edificações históricas, como o Poço de Coimbra, Capela Nossa Sra da Penha, Casa da família Assad, Casarão de Quarentena, Bar do Mudo, Escola Maria Matos, Hotel Anchieta, Mercado do Porto (**Figura 4**).

Figura 4. Localização das edificações históricas no entorno do santuário Nacional José Anchieta – Anchieta- ES



Fonte: Desenho da autora, com mapas baseados no Google Earth. Acessado em 2018.

Como problemática da falta de acessibilidade na região, o entorno do monumento é marcado pela a falta de estacionamento para cadeirantes, idosos e gestantes. Também há inexistência de estacionamento para os ônibus de turismo longe do monumento, de estacionamento para bicicletas e um apoio maior aos turistas, com sanitários e locais para lanches. Outro ponto crítico, no que tange à acessibilidade, é a falta de sinalização e falta de equipamentos sonoros que auxiliem nas travessias dos pedestres.

Durante o processo de análise, verificou-se a inexistência de sinalização específica e materiais que ajudam aos portadores de necessidades especiais se locomoverem e interagirem com o espaço visitável (**Figura 5**).

Figura 5. Vista das vias de acessos ao Santuário Nacional de Anchieta – ES



Fonte: Fotos da autora, abril de 2018.

As calçadas nas vias de acesso ao monumento apresentam-se fora dos padrões que garantam conforto e segurança, não só para os portadores de necessidades especiais, mas para todos os usuários, pois as calçadas possuem degraus, são estreitas e apresentam desnivelamento em relação à rua e entre os vizinhos. Os materiais empregados também estão fora dos padrões, pois em alguns locais apresentam materiais escorregadios. Não apresentam rampas e faixas de pedestres dentro dos padrões das normas de acessibilidade (**Figura 6**).

Figura 6. Vista das calçadas nos acessos ao Santuário Nacional de Anchieta – ES



Falta de nivelamento entre as calçadas



Calçadas estreitas



Materiais derrapantes



Falta de nivelamento entre as calçadas



Calçadas estreitas, sem rebaixamento de rampas, e desniveladas

Fonte: Fotos da autora, abril de 2018.

5. PROPOSTA

Para tornar a região do entorno do Santuário acessível é preciso realizar alterações nas vias pavimentadas, criar áreas de estacionamento, adaptações das calçadas, melhorar a iluminação e a sinalização, dentre outras necessidades.

O foco principal onde será concentrada o maior número de intervenções do estudo porpoto é a via de acesso principal, rua posicioda imediatamente à frente do Santuário, uma rua de ladeira estreita **Figura 7.** A proposta é torna-la uma via de mão única, criando calçadas largas, padronizadas quanto ao material de acabamento, rampas e inclinações. A calçada é um item que requer cuidados especiais nesta rua, nela deverá ser instalado uma sinalização em cor contrastante com a do piso; deve existir piso tátil de alerta em torno da guia ou na rampa principal. Deverá ser instalada também uma sinalização para os obstáculos suspensos (caixa de correio, lixeira, jardineiras, etc.) com piso tátil de alerta ao redor do obstáculo suspenso.

Figura 7: Vista do principal acesso ao Santuário Nacional de Anchieta – ES

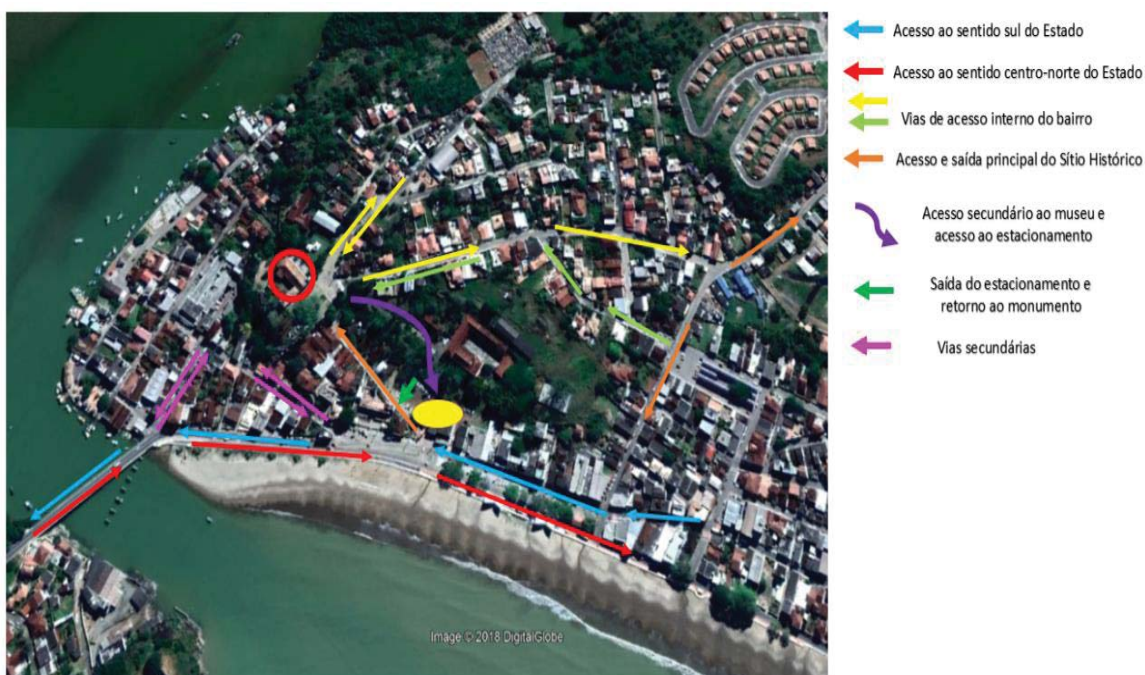


Fonte: Foto da autora, abril de 2018

Sobre a estacionamento, atualmente posicionado de forma prejudicial ao monumento e com falta de demarcação das vagas especiais, é importante a criação de um espaço apropriado para os veículos longe do monumento, evitando as vibrações que colocam as construções em perigo devido ao movimento induzido nas suas bases. No estacionamento deverão ser criadas vagas reservadas para pessoas com deficiência, idosos e grávidas e devem possuir sinalização horizontal de acordo com a Resolução 236/07 do CONTRAN e sinalização vertical de acordo com a Resolução 304/08 do CONTRAN. As vagas reservadas para idosos devem possuir sinalização horizontal e vertical de acordo com a Resolução 303/08 do CONTRAN

Para aplicar a intervenção nessa via, principalmente tornando-a via de mão única, é preciso remodelar as demais vias do bairro, mudando os sentidos de circulação, arrumando os fluxos, conforme **Figura 8.**

Figura 8. Proposição de novas rotas de acessos ao Santuário Nacional de Anchieta – ES



Fonte: Fotos da autora, com mapas baseados no Google Earth. Acessado em 2018

6. CONCLUSÃO

Ao longo de seus mais de quatrocentos anos de história, o Santuário de Anchieta possui características que o ajudaram na consolidação no Município de Anchieta como um agente propagador de cultura, através da preservação, consolidação e disseminação de atividades socioculturais, sobretudo de cunho religioso, interagindo com a comunidade de forma ampla, fortalecendo o turismo na região e, assim, contribuindo diretamente com a economia do Município.

A questão da acessibilidade é de extrema importância para os espaços urbanos, deve estar sempre vinculada ao planejamento e à organização do território, exigindo a participação de profissionais de diversas áreas, incluindo a comunidade, visto que qualquer tipo de alteração reflete diretamente nas cidades, seu povo e costumes. As soluções apresentadas para implantação de acessibilidade em sítios históricos devem concordar com as normas de acessibilidade vigentes e com as leis de preservação. É importante que exista equilíbrio no entre o existente e a intervenção proposta. Pretende-se com a junção entre o desenvolvimento sustentável e o patrimônio, ações voltadas a transformar o antigo núcleo histórico mais atrativos aos frequentadores, seja eles turistas, moradores e fiéis frequentadores do templo religioso.

Pretende-se assim, resguardar o adequado acesso, garantindo a visitação ao monumento, permitindo o acesso de pessoas com deficiência física, sensorial e intelectual ou pessoas com mobilidade reduzida em conformidade com as normas e leis de acessibilidade brasileiras, respeitando as leis de preservação do patrimônio cultural. Isso promoverá o acesso universal e respeito a todos os usuários deste patrimônio capixaba.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano**. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.

AUGURAL arquitetura & restauração. **Relatório das prospecções estratigráficas executadas nos paramentos externos e internos da Catedral de Vitória**. Vitória, 2010.

BORGES, João Marcos Charpinel. *Anchieta: um sítio histórico urbano em evidência*. 2012. 143 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CARSALADE, Flávio de Lemos. Patrimônio histórico. Sustentabilidade e sustentação. *Arquitextos*, São Paulo, ano 02, n. 013.10, Vitruvius, jun. 2001 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/885>>.

CARVALHO, José Antônio. *O Colégio e as Residências dos Jesuítas no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, R. **O Ensino da Arquitetura Inclusiva como Ferramenta par a Melhoria da Qualidade de Vida para Todos**. In: PROJETAR 2003. (Org.). *Projetar: Desafios e Conquistas da Pesquisa e do Ensino de Projeto*. Rio de Janeiro: Virtual Científica, 2003, p. 159-173.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, R. **Acessibilidade aos Espaços do Ensino e Pesquisa: Desenho Universal na UFRJ - Possível ou Utópico?** In: NUTAU 2004: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade, 2004, São Paulo. *Anais NUTAU 2004: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade*, 2004.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, R. **Subsídios metodológicos na construção de uma “acessibilidade plena”: a produção da identidade e da subjetividade de pessoas com deficiência**. In.: *Revista Benjamin Constant*. 2003. 25 Disponível em: < <http://www.ibc.gov.br/?catid=4&itemid=10359>>. Acesso em: 04 de julho de 2018

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; NOVAIS, Andrea Lanna Mendes. Direito de acessibilidade aos bens culturais. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 09, n. 107.01, Vitruvius, jun.2009. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.07/1850>

COSTA, R. K; **Acessibilidade e Preservação Histórica: Estudo de Caso em Ouro Preto; 2016; Dissertação de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável** - Universidade Federal de Minas Gerais;

http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1203. Acessado em julho de 2018.